

Quem deve regular e promover a Língua Portuguesa?

Durante muitos anos a Língua Portuguesa esteve dependente — e será que alguma vez esteve mesmo? — do Instituto Camões (IC), organismo criado pela República Portuguesa sem que os seus parceiros linguísticos dela tivessem qualquer benefício real e consistente.

Em 1989, numa reunião havida em São Luís do Maranhão, Brasil, o presidente brasileiro José Sarney propôs a criação de um Instituto que servisse de base à criação de uma comunidade agregadora dos falantes de Língua Portuguesa.

Só 10 anos depois, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que entretanto se havia formado, reunião essa que realizada em São Tomé e Príncipe é que o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) foi criado, tendo sido decidido que a sede seria em Cabo Verde.

Dado que a Língua Portuguesa não é um bem privado mas um enorme ventura pública e o união entre 8 países da Europa à Oceania passando pela América Latina e África, e o elo de união de enormes mosaicos culturais que formam alguns dos países africanos, compreende-se e saúda-se que os políticos tenham tido a visão estratégica de criarem a IILP.

Todavia, e desde o início que Portugal, apesar de ser um dos 3 países que mantém a quota em dia no IILP (os dois restantes são Angola e Brasil) sempre se preocupou mais em fazer valer o seu Instituto Camões, sem que, na prática, essa vantagem fosse realmente alicerçada onde estava, salvo o celebrado Prémio Camões, em detrimento de uma maior ajuda à afirmação do IILP junto dos 8 países da CPLP e junto daqueles países que sempre tiveram ou mantêm significativas colónias migrantes de falantes de Português ou estiveram, em tempos históricos, ligados a Portugal e desejam manter o português como segunda língua ou língua de trabalho.

Também por isso, e porque as disputas entre portugueses e brasileiros pela defesa da “legitimidade” da sua forma de falar, a Língua Portuguesa nunca se conseguiu impor nos diferentes círculos areópagos internacionais, salvo na OUA por força da capacidade negocial de Angola.

Também porque o IILP não tem conseguido impor-se como o verdadeiro e estimulante Instituto defensor e promotor da Língua Portuguesa — quando há dois Institutos concorrentes isso é sempre difícil e quando os seus subscritores não pagam quotas, ou mantêm os pagamentos atrasados, mais difícil se torna cumprir com a sua obrigação —; o Brasil decidiu criar o seu próprio Instituto de Língua Portuguesa a que chamou de Instituto Machado de Assis que além de defender a Língua Portuguesa terá como obrigação difundir a literatura e a cultura brasileiras, o que, diga-se, deveria também ser a função principal do Instituto Camões, ou seja, defender e divulgar a literatura e cultura portuguesas.

Mas como a disputa da “sua autenticidade” é mais importante que a defesa da Língua Portuguesa, como, de certa forma, comprova o (des)acordo ortográfico celebrado entre os 8 da CPLP mas que tem criado inúmeros anticorpos entre os “auto-puristas” linguísticos dos dois principais países lusófonos, constatamos que a defesa e divulgação da Língua portuguesa continua ao sabor dos interesses políticos de cada um dos dois potentes lusófonos com Angola a ver por onde vai passar o comboio e sem se decidir se apanha algum deles ou se, pelo contrário, se decide por avançar por um TGV com o apoio dos restantes PALOP e de Timor.

E para que o sistema lusófono seja mais complexo e por isso mais complicado de harmonizar, vemos não só a China defender e divulgar a Língua Portuguesa, através de Macau, e dos acordos que vai celebrando com Angola e

Moçambique, ou a Guiné-Equatorial querer mudar a sua língua oficial do espanhol para o português, agora temos a Galiza juntar à pretensão história que sempre considerou a sua língua nacional galaico, como génese da Língua Portuguesa, a vontade política de pertencer à CPLP e, por extensão, ao IIPL.

Face a estes contornos político-linguísticos não seria mais importante o Estado português em vez de gastar 30 milhões de euros no IC para promover a Língua Portuguesa gastasse parte desse valor na afirmação do IIPL e a outra parte na promoção da literatura e na harmonização entre os 8 na tradução de livros técnicos importantes para a vida académica e tecnológica?

Assim como assim, deixaria o governo português de gastar fortunas, desde a primária, com o incentivo de estudar o Inglês – parece-me mais que isto se deve a um exorcismo de um político português que não sabe inglês, mas que não o assume, – em detrimento da sua Língua Nacional, como comprovam os resultados dos diferentes exames e como atestam a deficiente capacidade de expressão de muitos alunos universitários e muitos políticos.

Ou como se entende que além do IC o Estado português também esteja a considerar a criação de uma Comissão Interministerial para valorizar o património com "raízes" portuguesas que mais não será que um “adversário” dos actuais Institutos linguísticos?

Até que os políticos e académicos lusófonos se entendam quanto à “autenticidade e pureza” das suas respectivas “Línguas” muito dificilmente o IIPL e a Língua Portuguesa poderão se afirmar no contexto internacional.

Por isso não se surpreende que, ao contrário da França, Inglaterra ou Espanha, em que os técnicos e atletas desportivos que para lá vão trabalhar ao fim de muitos, curtos, meses já falem a Língua local em Portugal, vemos precisamente o contrário. Vêm e vão sem que aprendam o Português!

Uma mera questão de Culturas….

17/Jul/2008elcalmeida@gmail.com <http://elcalmeida.net>